

CONSULTORIA TÉCNICA



CONVITE

CONSULTA PRÉVIA

PROCESSO N.º 037/FA/2024

JANEIRO DE 2025

FUNDO AMBIENTAL

CONVITE

CONSULTORIA TÉCNICA

APROVADO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus
(Presidente do Conselho de Administração)

Zélia do Rosário do Vale Estêvão
(Vogal do Conselho de Administração)

FUNDO AMBIENTAL

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.

ÍNDICE

Artigo 1.º (Identificação e objeto do procedimento).....	1
Artigo 2.º (Entidade Adjudicante).....	1
Artigo 3.º (Decisão de Contratar)	1
Artigo 4.º (Impedimentos)	1
Artigo 5.º (Assinatura eletrónica).....	4
Artigo 6.º (Esclarecimentos e erros e omissões)	5
Artigo 7.º (Proteção de Dados Pessoais)	6
Artigo 8.º (Documentos que constituem as propostas).....	6
Artigo 9.º (Propostas Variantes, negociação e leilão eletrónico)	7
Artigo 10.º (Prazo para a apresentação das propostas e local da sua apresentação)	7
Artigo 11.º (Critério de adjudicação).....	8
Artigo 12.º (Prazo de manutenção das propostas)	8
Artigo 13.º (Documentos de habilitação).....	8
Artigo 14.º (Caução)	10
Artigo 15.º (Aprovação da minuta do contrato)	10
Artigo 16.º (Notificação da minuta do contrato).....	10
Artigo 17.º (Aceitação da minuta do contrato).....	10
Artigo 18.º (Redução do contrato a escrito).....	11
Artigo 19.º (Despesas e Encargos)	11
Artigo 20.º (Legislação Aplicável)	11
ANEXO I Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos.....	13
ANEXO II Modelo da Proposta.....	15
ANEXO III Modelo de Declaração de Habilitação	16

Artigo 1.º

(Identificação e objeto do procedimento)

- 1 - O presente procedimento adota a designação de “Consultoria Técnica”.
- 2 - O objeto do procedimento é a aquisição de serviços para a consultoria técnica que proponha, planifique e assegure um planeamento e gestão da recuperação dos danos causados pelos incêndios nas áreas intervencionadas, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.

Artigo 2.º

(Entidade Adjudicante)

A entidade adjudicante é a EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., adiante abreviadamente EDM, com escritórios na Rua Sampaio Pina, n.º 1 - 3º andar direito, 1070-248 Lisboa, com o telefone n.º 213849150, o fax n.º 213856344 e o endereço eletrónico concursos@edm.pt.

Artigo 3.º

(Decisão de Contratar)

- 1 - A decisão de contratar que dá início ao procedimento foi tomada pela Administração da EDM, em conformidade com o disposto no artigo 36.º e do 38.º do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente CCP.
- 2 - O procedimento de consulta prévia tem fundamento no critério geral previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 112.º daquele diploma legal e deve-se à impossibilidade de realização da prestação de serviços através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relações de grupo.

Artigo 4.º

(Impedimentos)

- 1 - Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
 - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um

plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;

- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de

pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação:

- i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
- ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
- iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
- v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
- vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas

suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;

- k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
 - l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros dos serviços ou de peritos que prestem apoio aos serviços, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

Artigo 5.º

(Assinatura eletrónica)

- 1 - Os documentos que não forem assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro na sua redação atual e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente convite, têm de ser remetidos por correio registado ou entregues na morada indicada no artigo 2.º, nos 5 (cinco) dias seguintes à sua remissão por via eletrónica.
- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
- 3 - Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão do Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.
- 4 - Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em eXtensible Markup

Language (XML) e Design Web Format (DWF), são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam acompanhados por documento eletrónico com igual conteúdo em Portable Document Format (PDF), devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.

- 5 - O incumprimento do disposto nos números anteriores constitui motivo de exclusão da proposta, exceto na situação prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 6.º

(Esclarecimentos e erros e omissões)

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 2 - A lista com os erros e as omissões detetados deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50º do CCP e daqueles que apenas puderem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 3 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
- 4 - Os esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, serão prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados aos interessados e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
- 6 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

(Proteção de Dados Pessoais)

- 1 - Os interessados, concorrentes ou candidatos que participem no presente procedimento pré-contratual, devem assegurar o cumprimento dos deveres previstos no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, bem como garantir os direitos dos seus titulares constantes nas informações, propostas, candidaturas ou qualquer outro tipo de documento que nele apresentem ou, por via da sua participação, tenham acesso.
- 2 - A violação dos deveres constantes no RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais responsabiliza os interessados, concorrentes ou candidatos nos termos legais, nomeadamente quanto à informação e consentimento dos seus titulares.
- 3 - O tratamento dos dados pessoais que constem nos documentos apresentados no procedimento, terá como único objeto a formação do contrato a que se destina e o cumprimento das obrigações da entidade adjudicante decorrentes do procedimento.

Artigo 8.º

(Documentos que constituem as propostas)

- 1 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos cuja omissão constituirá motivo de exclusão nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I;
 - b) Proposta de preço de acordo com o Anexo II.
 - c) Certidão do Registo Comercial ou respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, sob cominação de exclusão da proposta, atento o disposto no artigo 5.º do Convite, exceto na situação prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
- 3 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por

considerar indispensáveis, por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

- 4 - Todos os documentos relacionados no número 1 devem ser técnica e administrativamente completos e coerentes, descrevendo com clareza os aspetos solicitados, utilizando linguagem clara e sem ambiguidades.
- 5 - Todos os preços ou valores monetários constantes da proposta são expressos em euros e devem ser indicados em algarismos sem incluir o IVA.
- 6 - Quando algum valor constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência prevalece este último e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 7 - Todos os preços devem ser apresentados até à segunda casa decimal, sendo os arredondamentos feitos, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo e, no caso de ser um valor exatamente intermédio, será feito por excesso.
- 8 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 9.º

(Propostas Variantes, negociação e leilão eletrónico)

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nem haverá lugar a negociação ou a leilão eletrónico.

Artigo 10.º

(Prazo para a apresentação das propostas e local da sua apresentação)

- 1 - As propostas são apresentadas diretamente na Plataforma, até às **17:00** horas do dia **15 de janeiro de 2025**.
- 2 - As comunicações, trocas e arquivo de dados e informações no âmbito do procedimento processam-se através da Plataforma Eletrónica.
- 3 - Os documentos que compõem a proposta têm que ser apresentados no formato *Portable Document Format* (PDF), sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do presente Convite, sob pena de exclusão da proposta.

Artigo 11.º

(Critério de adjudicação)

A adjudicação é feita segundo o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade monofator de avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, dado que se encontram definidos no caderno de encargos todos os restantes elementos da execução do contrato.

Artigo 12.º

(Prazo de manutenção das propostas)

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte dias) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 13.º

(Documentos de habilitação)

- 1 - O adjudicatário deve entregar até às 17:00 horas do 3º dia útil após envio da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo III do presente convite à apresentação de proposta (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);
 - b) Declaração que comprove ter a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Declaração que comprove ter a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - d) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

- e) Cópia da certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou documento equivalente caso não seja pessoa coletiva, se aplicável;
 - f) Cópia do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), caso se aplique.
- 2 - O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes documentos relativos à(s) pessoa(s) que intervêm no contrato:
- a) Elementos constantes no Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal;
 - b) Procuração com poderes para o ato, caso se verifique necessário e aplicável.
- 3 - Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 81.º do CCP.
- 4 - Quando os documentos a que se referem a alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 5 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
- 6 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 81.º do CCP.
- 7 - Ao prestador de serviços poderá vir a ser solicitada a apresentação de qualquer outro dos documentos de habilitação referidos no número 8 do artigo 81.º e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através da Plataforma Eletrónica ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 8 - O adjudicatário disporá de um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da

adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

- 9 - O órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 14.º

(Caução)

Tendo em conta que o preço contratual será inferior a 500.000,00 €, não é exigível a prestação de caução de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 15.º

(Aprovação da minuta do contrato)

- 1 - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 2 - A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos ao conteúdo do contrato nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
- 3 - Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

Artigo 16.º

(Notificação da minuta do contrato)

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 100.º do CCP.

Artigo 17.º

(Aceitação da minuta do contrato)

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias

subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 18.º

(Redução do contrato a escrito)

O contrato será reduzido a escrito, sendo a sua outorga efetuada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

Artigo 19.º

(Despesas e Encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à elaboração das candidaturas, propostas e redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 20.º

(Legislação Aplicável)

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite, aplica-se o regime estabelecido no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e legislação complementar, na sua redação mais atualizada.

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Convite)

1 - [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de

que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo da Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Convite)

1 - [] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [] ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia para a aquisição de serviços de [...] (designação ou referência ao procedimento em causa), propõe-se executar e fornecer em conformidade com o caderno de encargos pelo preço total _____ € (por extenso), não incluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

2 - À quantia supra indicada acrescerá o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

3 - ⁽³⁾

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽²⁾].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

⁽¹⁾ Aplicável apenas a proponentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

⁽³⁾ Outros elementos aos quais o concorrente se vincule com a proposta, não constantes no Anexo I.

ANEXO III

Modelo de Declaração de Habilitação

(alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Convite)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.